

CADERNO DE ENCARGOS
149-DCP-2024
COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS
(AQ5-2024 CC-OESTE - LOTE 1)

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a – Duração do contrato.....	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	3
<i>Subsecção I - Disposições gerais</i>	<i>3</i>
Cláusula 3. ^a - Obrigações principais do fornecedor.....	3
Cláusula 4. ^a - Conformidade e operacionalidade dos bens	4
Cláusula 5. ^a – Fatura eletrónica	4
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados.....</i>	<i>4</i>
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	4
Cláusula 7. ^a – Proteção de dados	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA	5
Cláusula 8. ^a - Preço contratual.....	5
Cláusula 9. ^a – Preço base.....	5
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento.....	6
Cláusula 11. ^a - Faturação	6
CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS.....	7
Cláusula 12. ^a - Garantia de cumprimento contratual	7
Cláusula 13. ^a - Seguros.....	7
CAPÍTULO IV – GESTÃO DO CONTRATO.....	7
Cláusula 14. ^a – Supervisão e controlo	7
Cláusula 15. ^a – Funções do gestor do contrato	8
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	9
Cláusula 16. ^a – Aplicabilidade do “Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste” ID-6745463.....	9
Cláusula 17. ^a – Legislação aplicável.....	9
ANEXO A - CLÁUSULAS TÉCNICAS	10
Cláusula 1. ^a – Objeto do fornecimento	10
Cláusula 2. ^a – Condições de fornecimento	10
Cláusula 3. ^a – Omissões.....	10

CADERNO DE ENCARGOS
149-DCP-2024
COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS
(AQ5-2024 CC-OESTE - LOTE 1)

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a considerar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas e gasóleo com cartão eletrónico de abastecimento, ao abrigo do lote 1 do "Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste".

Cláusula 2.^a – Duração do contrato

O presente contrato mantém-se em vigor até esgotado o "plafond" total de **€491.000,00+IVA**, com duração máxima de 18 meses repartido pelas seguintes contas:

- CONTA 1: Gasóleo "plafond" de €425.000,00+IVA;
- CONTA 2: Gasolina "plafond" de €57.000,00+IVA; e
- CONTA 3: Gasolina 95 para depósito do armazém (produto de stock) "plafond" de €9.000,00+IVA.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 3.^a - Obrigações principais do fornecedor

As previstas para o **lote 1 do "Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste" ID-6745463**.

Cláusula 4.^a - Conformidade e operacionalidade dos bens

As previstas para o **lote 1 do "Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste" ID-6745463**.

Cláusula 5.^a – Fatura eletrónica

- 1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).
- 2 – O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
- 3 – A faturação eletrónica é obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2021, estando este prazo alargado até 31 de dezembro de 2024 para as micro, pequenas e médias empresas, nos termos do disposto na Lei 82/2023 de 29 de dezembro.
- 4 - Para assegurar o cumprimento dos prazos referidos no número anterior devem os cocontratantes desenvolver as atividades conducentes à implementação da fatura eletrónica nos contratos públicos, com vista a acelerar os prazos de conferência e pagamento pelos contraentes públicos.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 6.^a - Objeto do dever de sigilo

- 1 — O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcobça, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.

2 — Sempre que sejam submetidos dados pessoais, como os referentes à equipa de trabalho proposta, os mesmos devem ser acompanhados do consentimento para o tratamento dos dados por parte dos titulares dos mesmos, através da apresentação de uma declaração dos titulares de dados para este efeito.

3 – Nos termos da Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro, a publicitação do contrato, é feita no portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 8.^a - Preço contratual

1 - Pela prestação do fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas com meios humanos.

3 – Não haverá lugar a revisão dos preços durante a execução do contrato, dado que o preço a praticar é por aplicação do desconto proposto ao preço de referência conforme previsto no “Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste”.

Cláusula 9.^a – Preço base

O preço base global definido nos termos do artigo 47.º do CCP é de **€491.000,00+IVA**,

que coincidirá com o preço contratual a adjudicar, dado tratar-se de um procedimento em regime de fornecimento contínuo, para fornecimento de combustíveis rodoviários, ao abrigo do lote 1 do "Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste" ID-6745463, repartido pelas seguintes contas:

- CONTA 1: Gasóleo - valor base para o período máximo de 18 meses de **€425.000,00+IVA**;
- CONTA 2: Gasolina - valor base para o período máximo de 18 meses de **€57.000,00+IVA**; e
- CONTA 3: Gasolina 95 para depósito do armazém (produto de stock) - valor base para o período máximo de 18 meses de **€9.000,00+IVA**.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1 — A quantia devida pelo Município de Alcobça, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e deve fazer sempre referência ao n.º de compromisso e processo.

2 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 11.ª - Faturação

1 - A faturação mensal tem de ser **OBRIGATORIAMENTE separada por três contas**, sob pena de ser devolvida, conforme se discrimina:

- Conta 1: Gasóleo - Abastecimento feito via cartão por viatura conforme lista de viaturas a indicar para o efeito;
- Conta 2: Gasolina - Abastecimento feito via cartão por viatura conforme lista de viaturas a indicar para o efeito.; e
- Conta 3: Gasolina 95 para depósito do armazém (produto de stock) - Abastecimento feito via cartão para o depósito.

2 – O n.º sequencial de compromisso para efeito de faturação de cada uma das contas indicadas no ponto anterior, será comunicado aquando da adjudicação.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 12.ª - Garantia de cumprimento contratual

1 — Não é exigida a prestação de caução.

2 — O Município pode proceder à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 13.ª - Seguros

1 — É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce.

2 — O Município de Alcobça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 1 dia útil.

Capítulo IV – Gestão do contrato

Cláusula 14.ª – Supervisão e controlo

1 — O Município de Alcobça designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A do CCP, Joaquim Luís Gonçalves Simões e nas suas ausências e impedimentos José Lourenço Severino, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 15.^a – Funções do gestor do contrato

1 - O gestor do contrato deve:

- a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
- b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
- c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
- d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e

- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo V – Disposições finais

Cláusula 16.^a – Aplicabilidade do “Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste” ID-6745463

Em tudo o que não esteja especialmente previsto, neste caderno de encargos, aplica-se o previsto no “Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste” ID-6745463.

Cláusula 17.^a – Legislação aplicável

- 1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto, neste caderno de encargos e no acordo ao abrigo do qual o procedimento é adotado, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação e, demais, legislação aplicável.
- 2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
- 3 - As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXO A - Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a – Objeto do fornecimento

- 1 - Pretende-se adquirir, em regime de fornecimento contínuo, os seguintes combustíveis:
 - a) Gasóleo – Na quantidade estimada de 264 464 litros; e
 - b) Gasolina - Na quantidade estimada de 36 541 litros.
- 2 – As quantidades a que se refere o número anterior da presente cláusula têm valor meramente indicativo, não estando a entidade adjudicante vinculada à aquisição das referidas quantidades.

Cláusula 2.^a – Condições de fornecimento

- 1 - Aplica-se o previsto para o lote 1 do caderno de encargos do “Acordo Quadro n.º 5/2024 CC-Oeste” ID-6745463, nomeadamente os artigos 27.º, 28.º, 29.º, 33.º, 34.º, 36.º e 39.º.
- 2 – O n.º de postos de abastecimento na cidade de Alcobça deve ser no mínimo de 1 onde se encontra a frota automóvel do Município de Alcobça, não se considerando os postos de abastecimento dentro de autoestradas.

Cláusula 3.^a – Omissões

Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo, aplica-se o que estiver regulamentado no caderno de encargos do “Acordo Quadro n.º 5/2024 (CP6/2023) CC-Oeste” ID-6745463.